

TERRITÓRIO E GEOPOLÍTICA NAS MINAS GERAIS DO SÉCULO XIX*

HARUF SALMEN ESPINDOLA**

Resumo: A relação entre território e geopolítica pode ser apreendida no processo de formação histórica de longa duração. O território é o resultado do conhecimento, ocupação e posse, isto é, de estratégias de permanência de população e processos sociais vinculados a um centro de poder, ao longo do tempo, em um determinado espaço. Acompanhar o processo formador das Minas Gerais permite conhecer a geopolítica que fundamentou a construção da unidade político-territorial que se impôs, apesar da diversidade produzida pelas várias frentes de ocupação que avançaram sobre os sertões mineiros. Para se perceber essa construção concentrou-se a atenção sobre as ações governamentais dirigidas ao Sertão do Rio Doce, porém não desconsiderando outros sertões: Retiro da Mandioca (Sul de Minas), Farinha Podre (Triângulo Mineiro), São Francisco, entre outros.

Palavras chave: Geopolítica, Minas Gerais, Territorialização, Sertão, Diversidade Territorial.

Abstract: Territory and geopolitics relationships can be apprehended in the historical formation process of long duration. Territory is the result of knowledge, occupation and ownership

* Este texto foi redigido com base na transcrição da palestra proferida no evento Formação do Povo Mineiro, que integrou a programação do Pensando em Minas da Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Trata de uma reflexão exploratória, cuja base documental se encontra na obra Sertão do Rio Doce, que publiquei pela EDUSC/Instituto Terra/UNIVALE, em 2005.

** Doutor em História Econômica. Professor Titular e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE

meaning strategies of population permanence and social process linked to a central power, as time passes, in a determinate space. To follow the formative process of Minas Gerais allows us to know the geopolitics that constitute the fundamentals of the construction of the political and territorial unity that came to be predominant, in spite of diversity caused by the numerous occupation fronts that extended over the “sertões” of this state. To clarify this construction, attention was placed over governmental actions directed to the “Sertão do Rio Doce”, and taking in consideration, on the other side, other “sertões” such as the “Retiro da Mandioca” (south of Minas), “Farinha Podre” (region of the “Triângulo Mineiro”), “São Francisco”, and many others.

Keywords: Geopolitics, Minas Gerais, Territorialization, “Sertão”, Territorial Diversity.

Minas Gerais e a mineiridade são resultados de um processo formador do território, cuja origem se encontra no século XVIII. Pensar Minas Gerais é tratar de sua constituição como espaço particularizado e singularizado, como povo e identidade cultural, enfim como território e territorialidade: sentimentos de pertencimento, instituição do ser e estar no mundo. A consolidação do território se deu no século XIX, a partir da construção geopolítica que lhe delimitou e definiu um espaço.

O espaço geográfico de Minas Gerais, essa representação por meio do mapa, nos remete ao espaço como configuração e organização produzida pelos processos sociais no decorrer do tempo; logo, nos dirige para a história. A produção histórica do território mineiro é o resultado e, ao mesmo tempo, o fator gerador da regionalização que caracteriza Minas Gerais como unidade na diversidade, isto é, são muitas as Minas Gerais, mas toda ela é “meu país”, “minha terra”, “meu lugar”. Como diz o poeta: Minas são várias; Minas

TERRITÓRIO E GEOPOLÍTICA NAS MINAS GERAIS DO SÉCULO XIX

patriazinha; Minas é segredo antigo, milenar. Essa é a condição da mineiridade: a diversidade.

Minas Gerais nos remete à história como caminho para entendermos a construção de uma unidade frente a tantas diferenças: de clima, relevo, condições hidrográficas e fitogeográficas, de dinâmicas socioeconômicas distintas, entre outras. Atravessar Minas Gerais de Leste para Oeste e de Sul para Norte é deparar ao longo da estrada com paisagens diversas, com condições socioeconômicas desiguais, uma diversidade significativa e forte. Entretanto, conseguiu-se articular a unidade territorial que caracteriza Minas hoje.

Em alguns momentos houve propostas de separação, como a de desmembramento da região de Minas Novas, no século XIX, ou de separação do Triângulo Mineiro, no século XX; mais recentemente propuseram criar o Estado do Rio Doce, uma idéia extemporânea que apareceu na imprensa de Governador Valadares. Essas propostas foram apenas ensaios, idéias que não foram adiante e ficaram sem repercussão na história. Há uma condição identitária forte, que corrobora as forças políticas na manutenção das argamassas que juntam as várias partes formadoras das Minas Gerais. Daí é importante se perguntar sobre a formação geopolítica que produziu o território.

O ponto de partida é o princípio do *uti possidetis*, quem tem a posse tem o domínio, que caracterizou a estratégia geopolítica seguida pela colonização lusitana na América. Essa orientação permitiu construir o território brasileiro muito além do Tratado de Tordesilhas. Na imensa extensão da América e frente à escassez de homens e mulheres para colonizar os pontos estratégicos, espaços foram ocupados e, dessa forma, foi possível reivindicar as terras vazias entre os pontos ocupados. Esses vazios eram chamados de sertões, que eram muitos e bastante diferente uns dos outros.

A constituição das Minas Gerais deu-se no interior dos sertões, na cordilheira central que formava a zona de transição entre as formações florestais, o cerrado e a caatinga. Nesse maciço se formou o rosário de cidades mineradoras, centros de

“civilização” separados do mar por grandes extensões de florestas tropicais, chamadas sertões intermédios ou sertões do Leste. As Minas logo foram distinguidas das Gerais, que passaram a referir-se aos muitos sertões que se espraiavam por todas as direções, tendo como contraponto os núcleos urbanos interligados por caminhos conhecidos e trafegados que formavam o eixo central: o Sertão do Retiro da Mandioca, no sul de Minas, o Sertão da Farinha Podre, atual Triângulo, o Sertão de São Francisco, o Sertão do Cuieté e o Sertão dos Arrepiados, no leste, entre outros. Aqueles que ocupavam os sertões, a partir desse centro, ficaram conhecidos como geralistas.

A rigor, pela carta de doação de Vasco Fernandes Coutinho, expedida em 1534, as terras de Minas Gerais pertenciam ao Espírito Santo, mas ninguém reclamou esse direito no século XVIII. Nos séculos seguintes ocorreram algumas disputas, porém quase sempre para conter o movimento mineiro no sentido do litoral. O estudo sobre a ocupação dos chamados sertões intermédios, que separavam as duas capitânias, permite compreender o que denomino de geopolítica mineira.

Quando o Marquês de Pombal assumiu, ele deu ordem expressa aos governadores para conhecerem, ocuparem e explorarem os sertões. O Conde de Valadares, Dom José Luís de Meneses, que governou Minas Gerais entre 1769 e 1773, recebeu essa ordem. Ele se voltou para a região do Rio Doce, cuja ocupação foi considerada alternativa para se fazer frente ao declínio na mineração. Desde o século XVI existiam mitos que falavam de fabulosas riquezas, sendo o mais conhecido o da Serra das Esmeraldas, buscado por diversas expedições entre Fernandes Tourinho e Fernão Dias Paes. Esses mitos retornam no último quartel do século XIX, e o olhar das autoridades volta-se para o Sertão do Rio Doce, na expectativa de devolver a Minas uma idade do ouro, que estava se esvaindo. Nesse contexto, Rio Doce tornou-se uma categoria que designava a vasta extensão de terras que separava os centros mineradores do litoral, formada pelas bacias dos rios Doce, São Mateus, Mucuri e Jequitinhonha, bem como pelos afluentes Pomba e Muriaé do rio Paraíba do Sul. Como foi

TERRITÓRIO E GEOPOLÍTICA NAS MINAS GERAIS DO SÉCULO XIX

dito, antes era denominada genericamente de sertões do leste ou sertões intermédios.

Então houve um foco, a partir da década de 1760, em direção às regiões do Pomba, Muriaé e Doce. Para garantir a ocupação inicial foram enviados vadios e presos retirados das cadeias das comarcas de Ouro Preto, Serro e Sabará. O interesse cresceu no governo seguinte. Dom Antônio de Noronha (1775-1779) mandou fazer uma carta geográfica com a divisão das comarcas, pelo lado do rio Doce, na expectativa de evitar conflitos quando as grandes riquezas se revelassem. A idéia de fazer um grande descoberto motivou essa iniciativa. Mas esse movimento, que no século XVIII estava muito voltado para a busca de alternativas econômicas para a crise do ouro, também é um movimento no sentido geopolítico. Na carta geográfica os limites com o Espírito Santo foram colocados muito além de onde estão hoje, pois ficaram depois da serra que separa o Rio Guandu e o Rio Manhuaçu e até mesmo da Serra do Mar. Portanto, deixa o Espírito Santo somente com a faixa costeira.

O movimento intensifica-se a partir do governo de Dom Rodrigo José de Meneses, na primeira metade da década de 1780. Ele vai pessoalmente comandar as investidas nos sertões intermédios, permanecendo por seis meses nos sertões de Arrepiados, região da Zona da Mata, e no sertão do Cuieté, no Rio Doce. As ações se dividiram entre o trabalho de prospecção mineral, instalação de quartéis, assentamento de colonos e distribuição de terras. Mas, não tendo achado minério precioso, Dom Rodrigo acaba retornando a Vila Rica, com malária e desiludido com o ouro do Cuieté. Todavia, ele deixou explicitados os motivos para manter todos os presídios militares e assentamentos humanos: no futuro, além dos grandes haveres que poderiam ser descobertos, a região ofereceria grande potencial de exploração das matas, solos agrícolas e fontes de metais menos preciosos como o ferro, entre outros. Nessa decisão encontra-se um direcionamento geopolítico, que será seguida pelos sucessores, de alargar os domínios de Minas Gerais na direção leste.

Quando o Conde de Linhares, Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, assumiu como Secretário de Estado dos Domínios Ultramarinos e Marinha, na regência de D. João, fez do Rio Doce uma prioridade para a Coroa, mas mudou o direcionamento estratégico. A iniciativa para a ocupação foi tirada de Minas Gerais e transferida para o Espírito Santo. Entretanto, para conduzir a nova estratégia, nomeou um mineiro, Antônio Pires da Silva Pontes Leme, que assumiu o governo do Espírito Santo em 1800. Uma das primeiras missões do novo governador foi elaborar uma carta geográfica do Rio Doce e demarcar a divisa entre as capitanias do Espírito Santo e de Minas Gerais.

A demarcação ocorreu em 1800, com a colocação de um posto de registro do lado mineiro e de um quartel do lado do Espírito Santo (que deram origem às atuais cidades de Aimorés/MG e Baixo Guandu/ES), nas confluências dos rios Manhuaçu e Guandu com o rio Doce, respectivamente. O local denominado Cachoeiras das Escadinhas tornou-se referência para limitar os avanços dos mineiros na direção do litoral. Esse lugar já era conhecido pelos mineiros desde 1832, por informação do Mestre-de-Campo Matias Barbosa, perseguidor dos *botocudos* que atacaram localidades próximas a Mariana. Esse havia sido o ponto extremo das investidas do governador Dom Rodrigo Meneses nos sertões intermédios. A análise do local indica que Silva Pontes se fundamentou no terreno, naturalmente propício para o fim desejado. O marco ficou entre a confluência dos rios Manhuaçu e Guandu, que distam um do outro cerca de cinco quilômetros, separados por uma pequena serra cujo topo serviu de linha divisória. Na foz do primeiro se colocou o registro de Lorena, em homenagem ao Governador de Minas Bernardo Lorena; na foz do segundo foi instalado o Quartel de Souza, em homenagem a Dom Rodrigo de Sousa Coutinho.

A carta geográfica, feita em 1800, que traz a linha divisória, é muito interessante, porque altera completamente o curso do rio logo acima dessa linha, indicando uma suposta ignorância em relação ao curso médio e superior do rio Doce.

TERRITÓRIO E GEOPOLÍTICA NAS MINAS GERAIS DO SÉCULO XIX

Por que essa carta é tão defeituosa? Silva Pontes era matemático e cartógrafo muito experimentado, tendo trabalhado nas comissões de demarcação das fronteiras do Brasil com o Paraguai e com a Bolívia. Ele foi escolhido exatamente pela experiência adquirida durante o governo do Marquês de Pombal; também conhecia outras cartas geográficas de Minas. A partir da foz, como se deu o levantamento de Silva Pontes, o Rio Doce tem uma direção leste-oeste até aproximadamente metade do seu curso, quando faz uma curva de quase 90° para assumir o sentido sudoeste. Na carta de Silva Pontes o rio faz uma curva de quase 180°, voltando para leste. Nesse movimento, desaparecem todos os sertões intermédios.

Isso é, no mínimo, curioso, se não for intencional, no sentido de preservar informações que eram desconhecidas pelos capixabas, que “andavam como caranguejos, arranhando o litoral”, para usar as palavras do Frei Vicente Salvador, referindo-se aos portugueses, em 1623. Enquanto os capixabas recolheram-se ao litoral, o governador de Minas, Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo (1804-1809), manteve as posições existentes no Sertão do Rio Doce, apesar dos custos financeiros e das dificuldades existentes. Em 1806, o governador mineiro chegou a propor transferir para local mais próximo o posto de registro e o quartel instalados na divisa entre as duas capitânicas, demarcada em 1800, porém essa posição original também foi mantida. Em 1808 os mineiros retomaram o avanço sobre a região.

O resultado desse avanço, nos 160 anos que se seguiram, foi expresso pelo ex-interventor do Espírito Santo Jonas Neves (1943-45), quando proferiu seu discurso no Senado Federal, em 1948, sobre a questão dos limites com Minas Gerais. O discurso de Jonas Neves falava exatamente de uma força que movia os mineiros, essa civilização montanhosa, incessantemente na direção do litoral, como se sentissem saudade da época das caravelas, quando os portugueses singravam os mares, como se sentissem saudade da liberdade do oceano. De fato, há esse movimento incessante dos mineiros a partir do último quartel do século XVIII, mas não é apenas

em direção ao litoral. Esse movimento se deu na direção de todos os sertões que envolviam o núcleo minerador original. Esses sertões denominados de Gerais se contrapunham às Minas, com suas cidades e caminhos conhecidos. Pode-se afirmar que o que conhecemos hoje como Minas Gerais resultou do progressivo avanço a partir dos centros mineradores em direção aos sertões, ou seja, em direção à junção das Minas e dos Gerais. Esse foi um movimento incessante de espraiamento sobre o espaço, ato configurador e organizador do território.

Essa lógica foi reforçada no período de Pombal, com o objetivo de integrar o índio à sociedade colonial, cujas instruções dadas aos governadores Gomes Freire, Morgado de Mateus, Conde de Valadares e outros, fundamentavam-se na compreensão de que a força e a riqueza consistiam principalmente no crescimento do número de habitantes, bem como na certeza de que se mandassem todos os portugueses para o Brasil, do continente e das ilhas, ainda seria impossível ocupar todo território.

Enfoco um pouco mais os sertões intermédios porque existiu um interesse prioritário nessa região na primeira metade do século XIX. D. João VI chega ao Rio de Janeiro em março e apenas dois meses depois, em 13 de maio de 1808, assina uma carta régia com a declaração de guerra ofensiva aos nativos do Sertão do Rio Doce, determinando a formação de divisões militares para ocupar e controlar o território. Os 200 anos da chegada da Corte lusitana foram alvo de comemorações oficiais, programas na televisão e reportagens especiais em jornais e revistas, porém um dos atos mais significativos de D. João VI foi a decisão de 13 de maio. Pela primeira e única vez em toda a história colonial portuguesa e do Brasil independente, uma porção do espaço, que a rigor fazia parte dos domínios territoriais, foi tratada como objeto de conquista militar e os índios como outro povo.

A declaração de guerra implicou considerar o espaço como território, na medida em que a guerra existe como forma de resolver pela força questões de disputas territoriais. Isso

TERRITÓRIO E GEOPOLÍTICA NAS MINAS GERAIS DO SÉCULO XIX

alterava a tradição colonial lusitana, que sempre viu o índio como elemento componente do processo colonizador, isto é, a lógica da dinâmica colonial portuguesa fundamentava-se na incorporação do índio. A guerra e violência contra os índios estão presentes ao longo de toda história brasileira, porém no período colonial se justificavam principalmente como resposta às “agressões” indígenas ou como combate às práticas de antropofagia. Esses dois elementos foram sistematicamente atribuídos aos *botocudos* nas três décadas que antecedem à carta régia de 13 de maio de 1808.

O termo *botocudo* foi uma atribuição dada pelos portugueses às diversas nações indígenas pertencentes ao tronco lingüístico macro-jê, que dominavam as florestas das bacias dos rios Doce, São Mateus, Mucuri e Jequitinhonha. *Botocudo* se torna uma categoria construída com imagens fortes: “terror das florestas do Rio Doce”; “insaciáveis em carne humana”; “nação ferocíssima”; “formidáveis canibais”; “bárbaro”; “feroz”, entre outras. Para fazer frente às ameaças permanentes se promovia a “*guerra defensiva*” por meio de quartéis militares colocados nos limites entre as zonas povoadas e o Sertão do Rio Doce, estabelecendo zonas fronteiriças com a presença de luso-brasileiros e de índios aculturados funcionando como tampão de defesa.

Com a declaração de guerra de 13 de maio de 1808, o índio foi considerado inimigo a ser subjugado ou exterminado pela força das armas. Tanto isso é verdade que os comandantes das divisões militares recebiam aumento de soldos, gratificações e benefícios pelo número de índios eliminados e de ranchos – aldeamentos indígenas – destruídos. Desse modo não mais se tratava de simples reação fundada no conceito da guerra justa, como o discurso oficial, até então, buscou preservar, mas de uma mudança em relação à tradição lusitana, que havia sido reforçada pela política pombalina. Essa mudança se explica pela expectativa de sucesso de incorporação econômica, em curto prazo, do Rio Doce, com base em uma concepção estratégica que considerou os grupos indígenas como principal obstáculo a ser vencido.

O contexto geral era de crescimento do mercado mundial, marcado pela expansão das exportações agrícolas e, especialmente, pela nova dinâmica capitalista industrial. A economia vivia a fase de prosperidade, resultado do auge comercial do século XVIII, cuja centralidade na Grã-Bretanha foi fundamental para a Revolução Industrial e o surgimento do capitalismo. Nesse contexto, Minas Gerais viveu o esplendor do ouro e deu a Portugal uma breve fase de proeminência, porém o último quartel do século XVIII deixa claro o esgotamento dos veios auríferos. Os cronistas e memorialistas desse período são recorrentes em anunciar a decadência de Minas Gerais, provocada pela diminuição irreversível da produção aurífera. Entretanto, a historiografia recente demonstrou que não havia uma decadência propriamente dita, mas uma reconversão econômica, provocada pelo declínio da produção do ouro. Dois movimentos se apresentam nesse contexto regional: um processo de diversificação econômica e uma expansão na direção dos sertões mineiros.

Para as elites mineiras, no entanto, havia o sentimento geral de decadência, expressos pelos memorialistas e nos documentos oficiais. Para fazer frente ao declínio geral percebido e devolver a “idade de ouro” perdida, foi que se colocou um objetivo econômico fundamental para o Rio Doce: dar a Minas um acesso direto ao mercado mundial. A idéia de fazer do Rio Doce um canal fluvial não era estranha à época, que via surgir na Grã-Bretanha e em muitos outros países uma rede de canais interligando os centros industriais com o mercado mundial. Se analisarmos o mapa hidrográfico de Minas, veremos que o Rio Doce e seus afluentes formam um conjunto de vias fluviais que permite o acesso a todos os importantes centros mineradores constituídos no século XVIII. Do ponto de vista de seu traçado, ele era ideal para o objetivo, pois daria acesso ao mar para todas as regiões economicamente ativas, entre São João Del Rei e Diamantina.

O objetivo das elites mineiras era ver uma “grande companhia” assumindo a navegação e a colonização do Rio Doce. O Estado cuidaria de criar as condições para isso, por

TERRITÓRIO E GEOPOLÍTICA NAS MINAS GERAIS DO SÉCULO XIX

meio da conquista e liberação do território. O Estado cumpriu sua parte no plano, porém a Companhia do Rio Doce, constituída na Inglaterra em 1833, com participação de capital de sócios brasileiros, nada realizou de concreto. Não entrarei nos detalhes desse caso, pois o que nos interessa é saber que o abandono do projeto do canal fluvial, em 1843, não significou uma saída da região, da mesma forma que fizera o governador Dom Rodrigo Menezes, quando fracassou a sua investida no Cuieté, sessenta anos antes.

A continuidade do movimento de avanço dos mineiros permite afirmar que existia uma estratégia de natureza geopolítica de alargamento territorial na direção dos sertões. Uma análise temporal de maior duração indica a persistência desse movimento desde o governo do Conde de Valadares, instalado em 1769. Mesmo no Império, época na qual os chefes do executivo mineiros mudavam com frequência – governos que duraram apenas um ano ou dois governos em um único ano –, houve continuidade na política de ocupação dos sertões.

Na primeira metade do século XIX, coube às sete divisões militares, cada uma denominada de Divisão Militar do Rio Doce (DMRD), cumprir o papel de agente do Estado, e de ser o próprio Estado na construção do território. A atuação das divisões militares cobriu todo o Sertão do Rio Doce, que correspondia nesse momento às bacias vales dos rios Pomba, Muriaé, Doce, Mucuri e Jequitinhonha. A 2ª DMRD e a 3ª DMRD assumiram o controle da área que forma grande parte do atual território da Zona da Mata Mineira (microrregiões de Manhuaçu, Muriaé, Ubá e Viçosa); a 4ª DMRD ficou na zona de fronteira entre as áreas povoadas e os sertões intermédios, abrangendo as atuais microrregiões de Ponte Nova e Itabira; a 1ª e a 6ª DMRD receberam a missão de controlar o curso do Rio Doce e ocupar uma extensa área, que hoje corresponde às microrregiões de Ipatinga, Guanhães, Caratinga, Governador Valadares e Aimorés; a 5ª DMRD, formada a partir do Presídio Militar de Peçanha, assumiu os vales dos rios Suaçuí Grande, São Mateus e parte do Mucuri; a 7ª DMRD foi encarregada de

todo o Vale do Médio Rio Jequitinhonha e de parte do Mucuri. Como se observa, as DMRDs cumpriram o papel de incorporar a Minas Gerais uma grande extensão territorial.

As divisões militares atuaram em várias frentes: primeiro foram controladas as trilhas indígenas e os acessos fluviais; depois se abriram caminhos e estradas. A 3ª DMRD abriu a estrada que ligou Ouro Preto a Vitória, que, em grande parte, corresponde hoje à BR-262. A 2ª DMRD abriu a estrada que ligou Rio Pomba a Campos dos Goitacases (RJ), passando pela Vila de Cantagalo – era conhecida como a estrada de Cantagalo. Nas suas circunscrições militares os comandantes se empenharam em garantir que fossem praticados os ritos – considerados civilizatórios – do batismo, do sepultamento e do casamento. Entre outras ações, eles abriram cemitérios devidamente consagrados por padres, criaram povoados, distribuíram sesmarias, instalaram aldeamentos indígenas e abriram fazendas. Eles acumularam muitas prerrogativas de natureza militar, administrativa e policial, além de fazer as vezes de poder judiciário. Eles também assumiram o controle da política indígena: a Diretoria Geral dos Índios de Minas Gerais ficou nas mãos de Guido Marlière, comandante-geral das divisões militares, e nas circunscrições militares as diretorias dos índios foram ocupadas pelos comandantes de cada uma das DMRDs.

A guerra ofensiva, declarada em 13 de maio de 1808, é abandonada em 1818, apesar de a revogação oficial ter ocorrido somente em 1834. Na prática, as autoridades mineiras perceberam que guerra ofensiva não levava a nada: como fazer guerra contra um inimigo camuflado na floresta? A mudança foi provocada pelo fato conhecido como incidente de Mombaça. Em 1817, um grupo de *botocudos* atacou uma propriedade de colonos estabelecidos no ribeirão Mombaça, área da 4ª DMRD, vitimando a família e destruindo as plantações. Ficou ameaçada a frente de ocupação que avançava, a partir de São Domingo do Prata, para as margens do Rio Doce. Essa ação dos índios mostrou a ineficácia da 1ª e da 4ª DMRD para manter os índios afastados dos lugares povoados, pois permaneciam vazios consideráveis entre as unidades táticas. Portanto, a guerra

TERRITÓRIO E GEOPOLÍTICA NAS MINAS GERAIS DO SÉCULO XIX

ofensiva não resolvia o principal problema anteriormente atribuído à estratégia defensiva, mantida até 1808: a facilidade que os índios tinham de romper as linhas de defesa.

As primeiras críticas à tática da guerra ofensiva apareceram timidamente no Aviso de 11 de dezembro de 1811, que contém reflexões a respeito da civilização dos *botocudos* e da atuação das divisões do Rio Doce, especialmente em relação à 7ª DMRD, estacionada no Vale do Jequitinhonha, onde primeiro avançou o contato e a convivência com grupos indígenas. Esse aviso recomendava ao comandante da 7ª DMRD continuar na amizade com os *botocudos mansos*, porém mandava continuar a guerra contra os *botocudos bravos*. Em 1817, Saint-Hilaire esteve com os *botocudos* do Jequitinhonha, no quartel-geral da 7ª DMRD e, posteriormente, incluiu no seu livro a sugestão para que eles fossem utilizados para intermediar a paz com os do Rio Doce, porque já se haviam acostumado com os portugueses. Todavia, propõe que

se utilizassem meios diferentes dos empregados na sétima divisão, em que ninguém procura inculcar nos homens dessa nação os verdadeiros princípios da religião cristã, onde recebem os piores exemplos, e onde as crianças, arrebatadas a seus pais, são freqüentemente condenadas a uma espécie de escravidão.

O incidente de Mombaça desencadeou uma série de providências com objetivo de inspecionar as divisões militares e avaliar os resultados alcançados nos dez anos de guerra ofensiva. Em 1820 o governo provincial reconheceu formalmente que haviam fracassado “os meios aplicados para se conseguir a conquista e redução dos gentios, que infestam as matas do Rio Doce...”. A culpa pelo fracasso foi atribuída aos alferes comandantes das divisões militares, acusados de falta de competência e de zelo no desempenho das funções. Outra causa para o fracasso, na opinião do governador Dom Manoel de Portugal e Castro (1814-1821) foi a falta de coordenação entre os comandantes divisionários. O governo determinou o fim dos atos hostis para “remediar as animosidades” dos índios

e, ao mesmo tempo, desencadeou um processo de atração das populações nativas por meio da “catequese e civilização”.

A política tradicional foi retomada e o índio voltou a ser considerado parceiro e partícipe do processo colonizador. Isso significava incorporá-lo como agricultor português – não se usava ainda a designação de brasileiro –, isto é, um cristão temente a Deus e obediente à monarquia. O casamento interétnico e o combate à prostituição tornaram-se centrais na nova orientação dada às divisões militares, inclusive com distribuição de terras, regalias e isenções para os soldados que se casassem com índias. Dessa forma, os militares que formavam famílias se tornavam proprietários rurais.

Houve um grande esforço para produzir uma territorialidade fundamentada no ideal civilizatório que abarcava, além da sujeição ao *doce julgo da lei*, o respeito à propriedade privada e a adoção do comércio como prática corriqueira. O resultado dessa política é expresso pelo fato de a maior parte das atuais cidades e vilas terem se formado a partir dos quartéis, povoados e aldeamentos instalados pelas DMRDs. A distribuição espacial da rede de cidades que se constituiu comprova a estratégia de domínio territorial seguida pelas divisões militares, a partir do controle dos acessos e da circulação: os quartéis e assentamentos foram colocados nos pontos de interseção dos caminhos terrestres e destes com a rede fluvial, bem como nos locais de interrupção dos cursos dos rios por cachoeiras e nas confluências dos rios.

É de se admirar que, consideradas as condições da época, numa região de densa floresta e frente a situações extremamente adversas, se tenha obtido um conhecimento estratégico do terreno suficiente para sustentar o controle territorial com um contingente de 458 militares, distribuídos em sete divisões. Isso somente foi possível porque havia uma orientação geopolítica fundada na máxima de Pombal: conhecer, ocupar e fixar, bem como pela natureza militar do processo, isto é, estratégia, procedimentos táticos, comando e disciplina. O significativo é que a orientação geopolítica não teve solução de continuidade e, portanto, atuou na incorporação dos sertões intermédios ao território de Minas Gerais.

TERRITÓRIO E GEOPOLÍTICA NAS MINAS GERAIS DO SÉCULO XIX

Houve diferenciação territorial na ocupação do Sertão do Rio Doce, principalmente na segunda metade do século XIX, na medida em que se constituíram processos sociais particularizados, com o avanço da cafeicultura ao sul e da pecuária ao norte do Vale do Rio Doce. Esse que era o alvo principal do interesse oficial, em 1808, acabou sendo a última zona a ser efetivamente colonizada. Várias razões explicam por que essa zona somente foi colonizada no século XX, inclusive questões de natureza ambiental, problemas de relevo, de clima e outros, tais como o de insalubridade. A região era infestada pela malária, o que foi de fato uma grande barreira, apesar de, no século XIX, atribuir-se ao índio *botocudo* a culpa pela dificuldade do avanço da colonização pela região. Na verdade, o grande impedimento foi a malária, somente resolvido a partir de 1942 com os Acordos de Washington, mas essa é uma outra história. Essa região permaneceu como uma fronteira.

A dinâmica econômica do Vale do Jequitinhonha, que corresponde ao médio curso do rio, foi definida pela entrada da pecuária baiana na segunda metade do século XIX. Na Zona da Mata, na primeira metade do século, com a abertura das estradas para Vitória e para Cantagalo, houve uma intensificação do povoamento com uma produção mais voltada para o mercado interno. Sob essa base inicial houve o desenvolvimento da cafeicultura, que definiu o perfil regional no último quartel do século XIX. A dinâmica cafeeira da Zona da Mata não decorreu da expansão fluminense, mas decorreu do processo mineiro de expansão na primeira metade do século.

Desse processo de expansão surgiram os primeiros conflitos de limites entre Minas e Rio de Janeiro, envolvendo exatamente a região de Cantagalo e Leopoldina. Esses conflitos serão resolvidos pela habilidade dos políticos mineiros e, principalmente, por sua influência no processo de construção do Império, no início do segundo reinado, no qual o Marquês do Paraná teve papel fundamental. Como Presidente da Província Fluminense (1840-1841), embora fosse mineiro, definiu, por meio de uma portaria, o limite entre Minas e Rio de Janeiro. Isso gerou contestação por parte dos fluminenses,

mas, logo em seguida, quando assumiu o Ministério do Império, conseguiu que o Imperador assinasse um decreto, em 1843, confirmando esse limite. Ou seja, a injunção política foi fundamental para essa definição.

Encontraremos as mesmas injunções políticas agindo no interesse de Minas se recuarmos até o governo de Gomes Freire (1735-36 e 1737-1752), quando da definição dos limites com São Paulo. Gomes Freire usou a sua influência política junto ao Conselho Ultramarino e junto ao Rei para obter a supressão da Capitania de São Paulo e a sua anexação ao Rio de Janeiro. Tornou-se, ao mesmo tempo, Vice-Rei e, consequentemente, passou a governar São Paulo, reduzido à condição de comarca. Colocado no centro do poder, ele estabeleceu os limites, ou seja, vê-se uma semelhança muito grande, apesar da diferença temporal de 100 anos, entre os dois fatos. A estratégia geopolítica de fixação, ou melhor, de conhecer, ocupar e estabelecer um território, de dar um conteúdo ao espaço, era a base do princípio do *uti possidetis*. Nos dois casos mencionados, Minas podia se apoiar no fato, mais do que no direito, de ter a ocupação efetiva do território.

Depararemos com a mesma lógica geopolítica se nos deslocarmos para o Norte de Minas (Sertão do São Francisco): o Conde Assumar, em 1720, define o limite de Minas com a Bahia no Rio Verde Grande, contrariando a posição do governador-geral e do bispado da Bahia. Esse limite se conservou até os dias atuais, apesar de todas as idas e vindas, ao longo dos séculos XVIII e XIX, nos quais os baianos reivindicaram o direito por terem chegado primeiro. O suposto direito não prevaleceu frente ao princípio do construído – “vale o que está feito” –, ou seja, o princípio do ocupar e fixar, da permanência, que denominamos de “dar ao espaço uma territorialidade, um conteúdo”.

Essa lógica que é formadora das Minas Gerais expressou uma condução geopolítica de longa duração. Isso se deu também com o Triângulo Mineiro, que por direito era de Goiás. Esse era um dos muitos sertões ocupado pelos mineiros. Conhecido como Sertão da Farinha Podre, o Julgado do Desemboque foi ocupado pelos mineiros conhecidos como

TERRITÓRIO E GEOPOLÍTICA NAS MINAS GERAIS DO SÉCULO XIX

geralistas: boiadeiros, fazendeiros, posseiros, etc. A chegada de geralistas de forma mais intensa, a partir da década de 80 do século XVIII, deu início aos conflitos com as autoridades de Goiás, que alegavam o direito sobre o território. Os mineiros, porém, reivindicaram a posse efetiva, por terem desbravado, lutado contra os índios, enfrentado dificuldades, construído os caminhos e estabelecido as lavouras e a pecuária. No final, prevaleceu a lógica da posse efetiva do território.

Em 1797 o Visconde de Barbacena, Antônio de Mendonça, nomeia Antônio Pamplona como mestre-de-campo (coronel), dando-lhe plenos poderes para fazer valer os interesses de Minas, expressos na reivindicação da Câmara de Tamanduá e da população de Araxá, dirigida à Rainha D. Maria, pedindo-lhe a incorporação às Minas Gerais. Esse processo adensou-se na medida em que cresceu o número de geralistas na região e, em 1815, o governo cria a Comarca de Paracatu, a quinta de Minas. No ano seguinte o Julgado do Desemboque é incorporado à Comarca de Paracatu. As definições de autoridades criaram uma estabilidade jurídica e social, que tiveram como consequência o adensamento populacional e econômico. Em 1818 Uberaba contava 500 habitantes, mas, decorridos cinco anos, esse número havia saltado para dois mil. Em 1836 foi criada a Freguesia de Uberaba e, quatro anos depois, a Comarca era instalada. O governo de Minas incentivou a ocupação por meio da distribuição de terras e da isenção de tributos, ou seja, está presente a mesma orientação geopolítica de longa duração que encontramos no processo de ocupação dos vários sertões mineiros. A chegada da estrada de ferro, vinda de São Paulo, e da pecuária zebuína, no final do século XIX, trouxe uma vinculação estreita do Triângulo à dinâmica paulista, porém não havia mais ameaça à jurisdição territorial de Minas Gerais sobre a região.

Se acompanharmos o processo formador das Minas Gerais, perceberemos uma lógica geopolítica fundamentada na unidade política e territorial, que se impõe sobre a diversidade produzida pelas várias frentes de ocupação dos sertões mineiros. A diversidade territorial resultante desses movimentos produz diferenciações regionais, porém não rompe a

unidade que funda as Minas Gerais. Isso faz com que, de certa forma, possamos dar razão ao governador do Espírito Santo Jones Neves, quando discursou sobre o movimento incessante dos mineiros. Duas forças operaram essa geopolítica: de um lado, uma força centrípeta, que manteve a unidade ao centro; de outro, uma força centrífuga, que produzia o movimento de dispersão a partir do centro. Foi o equilíbrio entre essas duas forças que garantiu a construção do Estado de Minas Gerais. Esse equilíbrio decorreu fundamentalmente do poder político, isto é, da capacidade das elites mineiras atuarem respondendo a uma estratégia geopolítica de longa duração. Portanto, pode-se afirmar que Minas é o resultado de uma construção do poder político capaz de responder aos movimentos efetivos de ocupação demográfica e econômica, convertendo-os em resultado territorial, ou seja, em ampliação do território mineiro.

O último conflito de limites de Minas Gerais somente foi resolvido em 1963 pelo governador Magalhães Pinto. Estamos nos referindo ao problema de limite com o Espírito Santo, envolvendo a microrregião de Mantena, conhecida como Contestado. No final da década de 1950 a região foi objeto de uma Comissão Parlamentar de Inquério na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em função do vazio jurídico facilitar o comércio ilegal de madeira e a sonegação fiscal, além de favorecer o refúgio para criminosos e assassinos de aluguel. A falta de uma jurisdição definida, mineira ou capixaba, fragilizava a autoridade e, conseqüentemente, favorecia a ilegalidade. A região foi palco de um movimento sociorreligioso ainda não estudado, que chegou a proclamar o Estado de União de Jeovah separado do Brasil.

Espero ter demonstrado a relação entre território e geopolítica no processo formador das Minas Gerais. Ao tratarmos da formação história do território, precisamos ter claro que estamos diante de processos de longa duração. As questões geopolíticas e territoriais precisam ser melhor estudadas, para alargar a nossa compreensão sobre o papel do poder na construção do território, bem como sobre o território como dimensão cultural e identitária.